

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CÂMPUS PROF. FRANCISCO GONÇALVES QUILES  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CLAUDECI DA SILVA TOMASZESKI**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PETROBRAS S/A PUBLICADAS EM  
2014: ANÁLISE COMPARATIVA DAS DISTORÇÕES APRESENTADAS APÓS  
RELATÓRIO DE AUDITORIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA  
CORPORATIVA E DA *EARNINGS MANAGEMENT***

**Trabalho de conclusão de curso  
Artigo científico**

**Cacoal – RO  
2016**

**CLAUDECI DA SILVA TOMASZESKI**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PETROBRAS S/A PUBLICADAS EM  
2014: ANÁLISE COMPARATIVA DAS DISTORÇÕES APRESENTADAS APÓS  
RELATÓRIO DE AUDITORIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA  
CORPORATIVA E DA *EARNINGS MANAGEMENT***

**Artigo Científico apresentado à  
Fundação Universidade Federal de  
Rondônia – UNIR – Campus Professor  
Francisco Gonçalves Quiles como  
requisito para obtenção do grau de  
Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Professora Orientadora:** M.<sup>a</sup>. Liliane Maria  
Nery Andrade

Tomaszeski, Claudeci da Silva.

T655d Demonstrações financeiras da Petrobras S/A publicadas em 2014: análise comparativa das distorções apresentadas após relatório de auditoria à luz dos princípios de governança corporativa e da earnings management/ Claudeci da Silva Tomaszeski – Cacoal/RO: UNIR, 2016.

36 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade Federal de Rondônia – Campus Francisco Gonçalves Quiles.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Liliane Maria Nery Andrade.

1. Auditoria. 2. Governança corporativa. 3. Contabilidade criativa. 4. Gerenciamento de resultado. I. Andrade, Liliane Maria Nery. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.

CDU – 657.6

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

**CLAUDECI DA SILVA TOMASZESKI**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PETROBRAS S/A PUBLICADAS  
EM 2014: ANÁLISE COMPARATIVA DAS DISTORÇÕES APRESENTADAS APÓS  
RELATÓRIO DE AUDITORIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA  
CORPORATIVA E DA *EARNINGS MANAGEMENT***

**Trabalho de conclusão de curso  
apresentado à Fundação Universidade  
Federal de Rondônia – UNIR – Câmpus  
Prof. Francisco Gonçalves Quiles, como  
requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Contábeis.**

APROVADO em .....de.....de.....

---

Prof.<sup>a</sup> M.<sup>a</sup> Liliane Maria Nery Andrade - Orientadora  
(UNIR – Cacoal)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Suzenir Aguiar da Silva Sato - Membro  
(UNIR – Cacoal)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eleonice de Fátima Dal Magro- Membro  
(UNIR – Cacoal)

*A Deus, por me abençoar com a dádiva de Estudar em uma das melhores instituições do Estado, ter aprendido com excelentes Mestres e Doutores, que possibilitou a minha chegada até aqui. Aos amigos que fiz ao longo desses quatro anos, extremamente feliz por realizar mais esse sonho em minha vida. A minha mãe, que com muito esforço, trabalho e determinação vê seu filho em uma faculdade, o primeiro, de muitos da família que virão. Ao Yan Pietro, meu filho a quem deixo aqui eternizado nesse trabalho, e a orientadora desse artigo Ma. Liliane Maria Nery de Andrade pela contribuição prestada para concretização dessa pesquisa.*

Agradecimento aos professores do departamento de Ciências Contábeis, que fizeram com que as aulas se tornassem muito mais agradáveis. A minha namorada Pâmila Geisibel pelas orações, paciência, carinho e a companhia em todos os momentos. Aos membros da banca que contribuíram muito para realização desse artigo. A minha orientadora, Professora M.<sup>a</sup> Liliane Maria Nery Andrade, pela paciência, dedicação dispensados a mim. Agradeço a todos da Turma Dr.<sup>a</sup> Nilza Duarte de Aleixo, também as professoras da Disciplina de projeto, Dr.<sup>a</sup>. Suzenir Aguiar da Silva Sato, e Artigo, M.<sup>a</sup> Andréia Duarte Aleixo. A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, aos meus amigos do “Busão 8702” ao Sr. Nilton Moraes e família, que contribuiu muito com minha formação, meu amigo Dr. Pedro Henrique, enfim obrigado a todos! Docência, aí vou eu!

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA PETROBRÁS S/A PUBLICADAS EM 2014: ANÁLISE COMPARATIVA DAS DISTORÇÕES APRESENTADAS APÓS RELATÓRIO DE AUDITORIA À LUZ DOS PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E DA *EARNINGS MANAGEMENT*

Claudeci da Silva Tomaszeski<sup>1</sup>

## RESUMO

A auditoria é parte de um sistema de governança corporativa funcionando como um elo entre acionistas e administradores com intuito de minimizar conflitos de agências que são comuns nas organizações em que o controle está dissociado da propriedade e é essencial para proteger os usuários da informação contábil. A pesquisa teve como objetivo comparar as demonstrações financeiras do terceiro trimestre de 2014 da Petrobras S/A publicadas com e sem o relatório de auditoria, com vistas a identificar as rubricas contábeis que sofreram modificações após o relatório da auditoria. Foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza qualitativa, e teve como principais fontes as Demonstrações Financeiras ou Relatórios Contábeis da Petrobras S/A obtidas na página oficial da empresa. Foram consultados artigos, leis, decretos, livros e notícias em razão da notoriedade do caso no Brasil e no exterior. Tais fatos foram analisados a luz dos princípios de governança corporativa e da *earnings management* em razão de queda do preço das ações, das distorções em rubricas contábeis e do possível enquadramento como Contabilidade Criativa. Os resultados apontam que foram realizadas alterações nas rubricas contábeis das Demonstrações do Resultado do Exercício – (DRE) do terceiro trimestre de 2014 da Petrobras S/A publicadas com o relatório da auditoria em comparação àquele publicado anteriormente sem o relatório da auditoria. Desta maneira foi possível enquadrar a *Earnings Management* praticada nas Demonstrações Financeiras do terceiro trimestre de 2014 da Petrobras S/A, como Contabilidade Criativa como também afirmar que foram feridos princípios de governança corporativa.

**Palavra-chave:** Auditoria. Governança Corporativa. *Earnings Management*. Contabilidade Criativa. Gerenciamento de Resultados.

## ABSTRACT

The audit is part of a corporate governance system functioning as a link between shareholders and managers to minimize agency conflicts that are common in organizations where control is disassociated from ownership and is essential to protect users from accounting information. The objective of the research was to compare the financial statements for the third quarter of 2014 of Petrobras S / A published with and without the audit report, in order to identify the accounting items that were modified after the audit report. An exploratory and descriptive survey of a qualitative nature was carried out. Its main sources were the Financial Statements or Accounting Reports of Petrobras S/A obtained on the Company's official website. Articles, laws, decrees, books and news were consulted due to the notoriety of the case in Brazil and abroad. These facts were analyzed in light of the principles of corporate governance and earnings management due to falling stock prices, distortions in accounting lines and the possible framing as Creative Accounting. The results indicate that changes were made in the accounting entries of the Third Quarter of 2014 of Petrobras S/A Financial Statements (DRE) published with the audit report in comparison with that previously published without the audit report. In this way, it was possible to classify the Earnings Management practiced in the Financial Statements of the third quarter of 2014 of Petrobras S/A, as Creative Accounting, as well as to affirm that the principles of corporate governance were harmed.

**Keyword:** Audit. Corporate governance. Earnings Management. Creative Accounting. Results

---

<sup>1</sup> Acadêmico concluinte do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Profº. Francisco Gonçalves Quiles com o TCC elaborado sob a orientação da Profº. M.<sup>a</sup> Liliane Maria Nery Andrade.

## 1 INTRODUÇÃO

A auditoria é fundamental para preservar o usuário da informação contábil de relevantes distorções, uma vez que atesta a fidelidade dos registros e proporciona credibilidade às demonstrações financeiras também conhecidas como demonstrações contábeis. Para os *stakeholders*<sup>2</sup> é essencial conhecer a posição patrimonial e financeira da empresa, bem como sua capacidade de geração de lucros, pois essas informações são demonstrada por meio dos relatórios contábeis com o objetivo de fornecer segurança razoável por meio da auditoria independente (ALMEIDA, 2008).

Uma das finalidades da auditoria é preservar os objetivos das demonstrações contábeis que, no caso daquelas, o propósito geral é fornecer informações sobre a entidade que seja útil aos investidores existentes e em potencial, aos credores por empréstimos e a outros, quando da tomada de decisão e que as informações prestadas devem representar sua realidade econômica, patrimonial e financeira com verdade, autenticidade, e precisão com relação ao fenômeno que se propõe representar (CPC 00 R2).

A auditoria faz parte de um conjunto da governança corporativa, com a função de proteger o acionista e preservar o capital da empresa. A Governança Corporativa estabelece princípios que são fundamentais para regular as ações dos gestores apoiados na transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (IBGC, 2016).

A governança corporativa ganhou ênfase no Brasil e no mundo quando grandes corporações como *Enron Corporation*®, *WordCom*® e *Parmalat S/A* manipularam suas demonstrações contábeis utilizando a *earnings management*<sup>3</sup> como contabilidade criativa (SILVEIRA, 2004).

O que motivou essa pesquisa foi a repercussão do assunto que se traduziu em escândalo no Brasil, veiculado em vários meios de comunicação uma vez que empresa envolvida, a Petrobrás S/A, figurou entre as 10 (dez) maiores companhias

---

<sup>2</sup>Stakeholder é uma pessoa ou grupo que possui participação, investimento ou ações e que possui interesse em uma determinada empresa ou negócio. O inglês *stake* significa interesse, participação, risco. Enquanto *holder* significa aquele que possui.

<sup>3</sup> *Earning management* expressão inglesa que pode significar gerenciamento de resultado contábil ou propriamente contabilidade criativa.



do mundo no ano de 2012 (G1 GLOBO, 2015), segunda colocada em 2013 no *ranking* das empresas com melhor governança corporativa (Revista Exame, 2013), tendo perdido metade do seu valor de mercado em apenas um ano, devido a um escândalo relacionado à fraudes e corrupção, além de publicar suas demonstrações do terceiro trimestre de 2014 sem relatório de auditoria (BRASIL 247, 2014).

Com base no exposto, esse estudo partiu do seguinte pressuposto: quais modificações foram realizadas pela governança da Petrobrás S/A nos relatórios contábeis da empresa após o escândalo público no que tange a publicação das demonstrações financeiras sem o relatório de auditoria?

Assim, o objetivo geral do presente estudo constitui em comparar as demonstrações financeiras da Petrobras S/A publicadas com e sem o relatório de auditoria, com vistas a identificar as rubricas contábeis que sofreram modificações. Para alcançar os resultados da pesquisa foi necessário começar pelo exame das demonstrações financeiras da Petrobras S/A, referentes ao terceiro trimestre de 2014, que foram publicadas sem relatório da auditoria.

Em seguida foram verificadas as demonstrações financeiras da Petrobras S/A, terceiro trimestre de 2014, publicadas acompanhadas do relatório de auditoria para posteriormente identificar as rubricas contábeis que sofreram modificações. A possibilidade da identificação de mudanças relevantes em rubricas contábeis leva a necessidade de análise do comportamento do Conselho de Administração da referida empresa à luz dos princípios de Governança Corporativa e da *earnings management*.

Em razão do ponto de partida da pesquisa ter sido as demonstrações contábeis da Petrobras S/A, em razão da repercussão do caso no Brasil e no exterior, foi utilizado o método dedutivo para identificar as nuances do objeto de estudo e sua relação com o contexto da auditoria, governança corporativa, da *earnings management* e de fraudes no caso da ocorrência de contabilidade criativa.

Inicialmente foi realizado um estudo exploratório-descritivo no intuito de conhecer ao máximo a realidade tanto do escândalo envolvendo a Petrobras como também das suas demonstrações contábeis publicadas sem e com o relatório da auditoria. Em seguida a pesquisa bibliográfica apoiou a compreensão aprofundada dos conceitos relacionados aos temas envolvidos na pesquisa como auditoria, governança corporativa e outros. A pesquisa documental possibilitou a identificação das rubricas contábeis que sofreram alteração e foi realizada por meio das

demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2014 da Petrobras S/A. Também foram consultadas diversas publicações sobre o assunto em rede sociais, jornais, telejornais e revistas nacionais e internacionais.

Foi possível verificar que os valores divulgados no dia 28 de janeiro de 2015, na demonstração contábil da Petrobras S/A não auditada eram valores significativamente diferentes comparados a demonstração auditada divulgada no dia 22 de abril de 2015, relativas ao terceiro trimestre de 2014.

Os resultados da pesquisa evidenciam que a Petrobras S/A incorreu na *earnings management* por meio da contabilidade criativa, ao divulgar suas demonstrações contábeis com um lucro fictício e que infringiu importantes princípios da governança corporativa, como o da transparência, prestação de contas e o da equidade.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 AUDITORIA**

Para aprofundar no tema específico e técnico convém definir o termo com base no dicionário que expressa auditoria como “exame de operações financeiras ou registros contábeis visando determinar sua correção ou legalidade” (FERREIRA, 2006, p. 153).

A palavra auditoria deve transmitir aos usuários de demonstrações financeiras uma mensagem de que o auditor obteve assecuração razoável de que as demonstrações financeiras como um todo estão livres de erros relevantes, independentemente do porte, complexidade, ou tipo da entidade auditada (IFAC, 2012).

Segundo Almeida (2008), a auditoria independente surgiu como parte da evolução do sistema capitalista. O autor destaca ainda que no início as empresas eram fechadas e pertenciam a grupos familiares. Com a expansão do mercado e o acirramento da concorrência houve a necessidade de a empresa ampliar suas instalações fabris e administrativas, investir no desenvolvimento tecnológico e aprimorar os controles e procedimentos internos em geral, principalmente visando à redução de custos e, portanto, tornando mais competitivos seus produtos no mercado.

Inicialmente, no século XIX durante a revolução industrial, as auditorias tinham que ser realizadas por um ou mais acionistas, que não faziam parte do quadro administrativo das empresas e que recebiam delegação dos demais acionistas. A profissão contábil rapidamente se apresentou para atender essas necessidades do mercado e logo, a legislação foi alterada, permitindo que outras pessoas, e não mais os acionistas, realizassem as auditorias (BOYNTON; JOHNSON; KELL, 2002).

As demonstrações contábeis passaram a ter importância muito grande para os futuros aplicadores de recursos. Por medida de segurança contra a possibilidade de manipulação de informações, os futuros investidores passaram a exigir que essas demonstrações fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica, o auditor independente (ALMEIDA, 2003).

Almeida (2003), aduz que o investidor precisa conhecer a posição patrimonial e financeira, a capacidade de gerar lucros e como está sendo efetuada a administração financeira dos recursos na empresa. Essa necessidade de informação é para que o investidor possa avaliar a segurança, a liquidez e a rentabilidade de seu futuro investimento. A melhor forma de o investidor obter essas informações era por meio das Demonstrações do Resultado do Exercício – (DRE), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – (DMPL) e a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – (DOAR) e Notas Explicativas (NE).

Segundo a NBC TA 200 (2009, p. 27) a auditoria está relacionada à seguinte finalidade de:

Aumentar o grau de confiança nas demonstrações contábeis por parte dos usuários. Isso é alcançado mediante a expressão de uma opinião pelo auditor sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com uma estrutura de relatório financeiro aplicável. No caso da maioria das estruturas conceituais para fins gerais, essa opinião expressa se as demonstrações contábeis estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a estrutura de relatório financeiro. A auditoria conduzida em conformidade com as normas de auditoria e exigências éticas relevantes capacita o auditor a formar essa opinião (NBC, 2009, p. 27).

Um dos principais objetivos da auditoria como descrito na NBC TA 200 é aumentar o grau de confiabilidade nas demonstrações, dando credibilidade às informações ali prestadas, atestando a real situação da organização ao mercado.

Carvalho (2006) ainda traz que a auditoria objetiva validar, certificar a adequação das demonstrações face às Normas Brasileiras de Contabilidade e as práticas contábeis em vigor no Brasil.

A legislação societária brasileira determina que as empresas de capital aberto, ou seja, que tem a suas ações negociadas na bolsa de valores deve publicar seu conjunto de demonstrações financeiras acompanhada por um relatório de auditoria, conforme abordagem a seguir.

### **2.1.1 Obrigatoriedade de Publicação de Demonstração Financeira com Relatório da auditoria**

As empresas de Capital Aberto no Brasil têm suas ações regulamentadas pela Lei nº 6.404/76 a chamada “Lei das S/A” ou “Lei Societária”. Dentro do escopo de divulgações obrigadas pela lei societária está o relatório de auditoria, feito por auditor independente.

A Lei 6.404/76 e suas alterações atribuem algumas obrigatoriedades às Sociedades de Capital Aberto, o Art. 176 determina que:

Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV – demonstração dos fluxos de caixa;

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado (BRASIL, 1976, p.116).

Dentre o conjunto de demonstrações determinados pela Lei das Sociedades por ações, está também o relatório de auditoria, que irá atestar a fidedignidade dessas informações, aumentando a segurança dos investidores (NBC TA 200, 2009).

A lei das sociedades por ações (Lei 6.404/76) é clara quando define que Companhias abertas deveram serem auditadas por auditores independentes, abaixo a integralidade do inciso 4º do Art. 275 da referida Lei;

§ 4º As demonstrações consolidadas de grupo de sociedades que inclua companhia aberta serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, e

observarão as normas expedidas por essa comissão (BRASIL, 1976, p.116).

A lei 6.404/76 em seu Art. 133 dispõe ainda que, os administradores devem publicar o relatório de auditoria até um mês antes da data marcada à realização da assembleia-geral ordinária, deixando a disposição dos acionistas.

Medidas determinadas na Lei Societária têm intuito de trazer transparência, e fidedignidade às ações da empresa, reduzindo assim potenciais conflitos de interesse, resultantes do conflito de agência.

## 2.2 TEORIA DA AGÊNCIA

A Teoria da Agência analisa as relações entre os que participam de um sistema organizacional, cuja propriedade e controle são designados as pessoas distintas, podendo gerar um “Conflito de Agência”, ou conflito de interesses, a teoria da Agência busca examinar esse conflito e custos, que é resultado dessa segregação que há entre propriedade e o controle do capital (PEREIRA, 2011).

Silva e Andrade (2008) argumentam que o problema de agência vislumbra quando o bem-estar de uma parte, definida aqui como principal, é estritamente vinculado às decisões que são tomadas por outra, aqui denominada de agente. Ainda salienta que embora o agente deva tomar medidas em benefícios do principal, muitas vezes apresenta situações que os interesses dos dois são distintos, abrindo uma margem para comportamento oportunista advindos do agente.

Jensen e Meckling (1976) diz que a possibilidade de se contratar gestores que não participam do capital da organização traz um ônus, a separação entre propriedade e controle. O proprietário e o Controlador da organização agem sempre em vista da majoração de suas utilidades pessoais, levando a acreditar que nem sempre o agente irá agir visando o interesse do principal. Segundo os autores, no caso da relação que há entre acionistas reais, proprietários e gestores, há formas de limitar o conflito, monitorando as atividades dos executivos e determinando incentivos contratuais que são apropriados a eles.

Jensen e Meckling (1976) ainda afirmam que há um custo para alinhar os interesses dos acionistas aos dos gestores, são os chamados custos de agência.

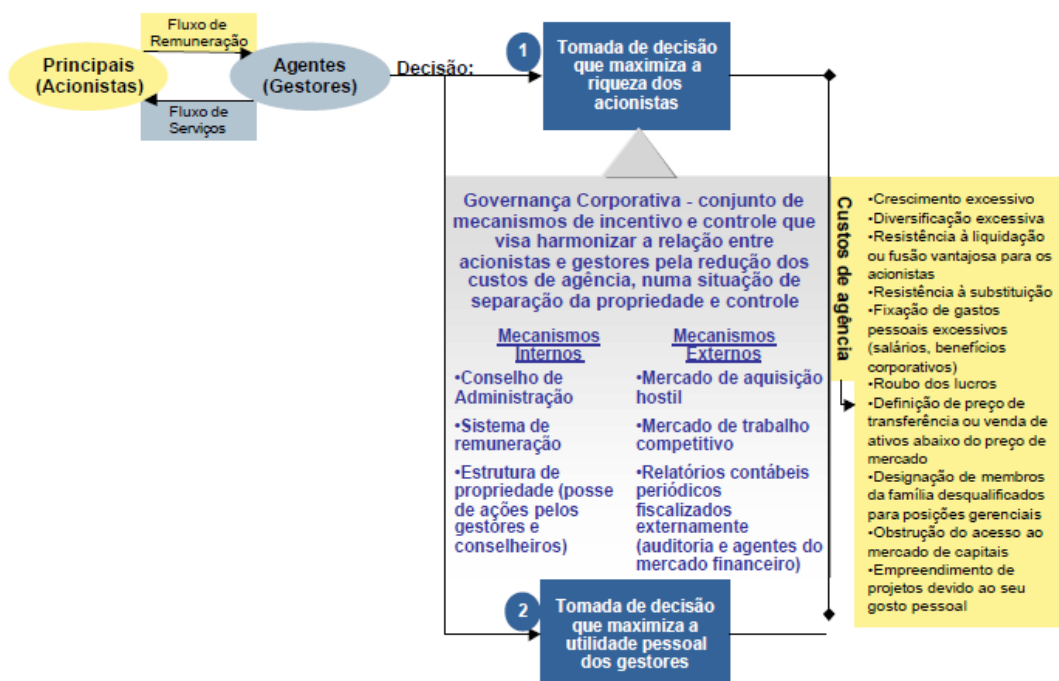
<b>CUSTO DE AGÊNCIA</b>	Custos de criação e estruturação de contratos entre o principal e o agente
	Gastos de monitoramento das atividades dos gestores pelo principal
	Gastos promovidos pelo próprio agente para mostrar ao principal que seus atos não serão prejudicados.
	Perdas residuais, decorrentes da diminuição da riqueza do principal por eventuais divergências entre as decisões do agente e as decisões que iriam maximizar a riqueza do principal.

**Quadro 1: Custos de Agência**

Fonte: Jensen Mecking (1976) Adaptado pelo Autor

Silveira (2002) afirma que na relação entre o principal (acionistas) e os gestores (agentes), as “perdas residuais”, um dos custos de agência, manifesta-se de forma muito clara com decisões que visam a não maximização de riquezas tomadas pelo agente.

Os principais custos do problema de agência dos gestores são dados pelo autor na seguinte figura:

**Figura 1 - O problema de agencia dos Gestores e a Governança Corporativa**

Fonte: Silveira (2002, p.14)

A teoria da agência estuda o conflito de interesses entre acionistas, que são os reais proprietários do capital e gestores, podendo eventualmente o gestor tirar proveito da posição advinda do seu cargo. O Código das Melhores Práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2016, p. 97) diz que “há

conflito de interesses quando alguém não é independente em relação à matéria em discussão e pode influenciar ou tomar decisões motivadas por interesses distintos daqueles da organização”.

### **2.2.1 Governança Corporativa**

O tema Governança Corporativa ganhou grande notoriedade em virtude dos acontecimentos que abalaram o mundo dos negócios, envolvendo diversas companhias nos Estados Unidos na década de 80 do século XX, investidores perderam grandes volumes em virtude de as corporações estarem sendo administradas de uma forma que não iria ao encontro dos interesses dos acionistas, causando prejuízos ao mercado, chamando a atenção para a relevância do tema em questão (BORGES; SERRÃO, 2005).

O problema na governança foi o motivo da falência da sétima maior companhia norte-americana no ano de 2002, a *Enron Corporation*®, provocando uma forte comoção no mercado, visto que era considerada a companhia mais admirada dos EUA, causando prejuízos aos seus funcionários, já que grande parte dos recursos de seu fundo de pensão estava alocada em ações da própria companhia (SILVEIRA A. D., 2004).

Silveira (2004) ainda argumenta que governança corporativa é considerada o principal foco das discussões aplicada à alta gestão no mundo, se elevando consideravelmente após o ano de 2002 com grandes problemas de Governança corporativa que ocorreram no mercado de Capitais norte-americano, considerado por muitos, até então, um exímio em se tratando de Governança Corporativa comparada a outros mercados. Naquele ano, grandes empresas como Enron, Wordcom, Xerox e outras foram condenadas por fraudes contábeis, com adulteração de balanços contábeis e negociação de valores imobiliários das companhias por gestores que detinham informações privilegiadas.

No Brasil o problema de governança também se tornou evidente na Petrobras S/A, no desenrolar de uma corrupção sistêmica na empresa por meio de investigação denominada de “lava jato”; a referida empresa se viu obrigada a rever seus princípios e práticas adotadas no que tange a Governança Corporativa. Dentre algumas medidas adotadas pela então presidente da Petrobras, Graça Foster, foi a criação de uma diretoria de governança corporativa visando estancar os desvios de

recursos da empresa, que até então passava dos R\$ 20 bilhões (GAZETA DO POVO, 2015).

Inúmeras são as definições para governança corporativa, o quadro abaixo destaca as principais:

Autor	Definição
<b>CVM (Comissão de Valores Mobiliários)</b>	Um conjunto de prática que tem como finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital (CVM, 2007)
<b>IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa)</b>	Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. As boas práticas de governança corporativa convertem princípios básicos em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor econômico de longo prazo da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para a qualidade da gestão da organização, sua longevidade e o bem comum. (IBGC, 2016)
<b>SiffertFilho (1998)</b>	Sistema de controle e monitoramento que são determinados por acionistas que controla uma determinada corporação, esse controle permite que os administradores tomem suas decisões sobre determinação de recursos de acordo com os interesses dos proprietários, os <i>stakeholders</i> .
<b>Pereira (2011, p. 121)</b>	Governança Corporativa “seria simples e originariamente definida como a arte e a tentativa de governar (regular o andamento, conduzir, dirigir, administrar) sistemas complexos”.

**Quadro 2. Principais definições de Governança Corporativa**

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2016)

Para o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2016) é de fundamental importância que as empresas utilizem a Governança Corporativa, cuja finalidade é aumentar o valor da sociedade aberta, facilitando assim, o acesso ao capital.

As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas aliando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade (IBGC, 2016, p. 16).



Segundo o IBGC (2016) a BM&FBOVESPA contribuiu muito para Governança corporativa com a criação de segmentos especiais para empresas com padrões diferenciados de Governança. Foram criados três segmentos diferenciados: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado, a finalidade dessa criação era a atração de investidores por meio da valorização de empresas participantes.



**Figura 2: Segmentos de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA**  
**Fonte: CVM (2014)**

O quadro abaixo apresenta detalhes para cada segmento de governança corporativa da BMF&BOVESPA.

<b>Nível 1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Empresas adotam práticas que favoreçam a transparência e o acesso às informações pelos investidores. Para isso, devem divulgar informações adicionais àquelas exigidas por lei, como relatórios financeiros mais completos, informações sobre negociação feita por diretores, executivos e acionistas controladores e sobre operações com partes relacionadas;</li> </ul>
<b>Nível 2</b>	<p>Neste segmento, as exigências são maiores do que no Nível 1. Além daquelas citadas anteriormente, devem ser observadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>No caso de venda de controle da empresa, é assegurado aos detentores de todas as ações, preferenciais ou ordinárias, o direito de tag along de 100% do preço pago ao acionista controlador (para efeito de comparação, a legislação não exige tag along para ações preferenciais e para as ações ordinárias o valor mínimo é de 80%).</li> <li>As ações preferenciais ainda darão o direito de voto aos acionistas em situações críticas, como a aprovação de fusões e incorporações da empresa e contratos entre o acionista controlador e a companhia, sempre que essas decisões estiverem sujeitas à aprovação na assembleia de acionistas</li> </ul>
<b>Novo Mercado</b>	<p>A principal inovação do Novo Mercado, em relação à legislação, é a proibição de emissão de ações preferenciais. Resumidamente, a companhia aberta participante do Novo Mercado tem como obrigações adicionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia;</li> <li>estabelecimento de um mandato unificado de até dois anos para todo o Conselho de Administração;</li> <li>cumprimento de regras de disclosure em negociações envolvendo ativos de emissão da companhia por parte de acionistas controladores ou administradores da empresa.</li> </ul>

**Quadro 3: Níveis de Governança Corporativa BM&FBOVESPA**  
**Fonte: CVM (2014, p. 254)**

A BM&FBOVESPA desenvolveu esses seguimentos de boas práticas de governança corporativa, destinados as empresas que se comprometessem, voluntariamente, a adotar boas táticas de governança corporativa, além das exigências da legislação Brasileira, primando também pela transparência, um dos princípios de governança corporativa listado do IBGC.

O IBGC menciona princípios que se tornam em recomendações para práticas de Governança Corporativa, princípios necessários para o cumprimento do objetivo esperado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

#### 2.2.1.1 Princípios da Governança Corporativa

O código das Melhores Práticas de Corporativa já se encontra em sua quinta edição (2016). Ele propõe práticas e também recomendações para o sistema de Governança das organizações, propõem ainda padrões de conduta, política e ações que possam evitar conflitos de interesses e ainda o mau uso de recursos bem como informações da organização (IBGC, 2016)

A prática de Governança Corporativa é um mecanismo que direciona os princípios básicos da transparência por meio da divulgação das informações contábeis, equidade entre as partes interessadas, e também a prestação de contas e a responsabilidade corporativa (PELEIAS; SEGRETI; COSTA, 2009)

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, IBGC, determina em seu Manual de Governança, princípios norteadores para uma boa prática de Governança Corporativa, são princípios básicos, necessários para o cumprimento do Objetivo: Transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa (IBGC, 2016).

Princípios	Definição
<b>Transparência</b>	É o desejo de disposição dos usuários externos e internos às informações que sejam de seu interesse e não somente aquelas determinadas por dispositivos legais. Não se deve limitar essa transparência somente em desempenho econômico-financeiro da organização, mas também todos os demais fatores, inclusive o intangível que direcionam a ação gerencial e levem a preservação e à otimização do valor da organização. IBGC (2016)

Continua...

Continuação.

Princípios	Definição
<b><i>Equidade</i></b>	É o tratamento justo e isonômico de todos os sócios e demais partes interessadas, de uma forma que venha impedir qualquer atitude e política discriminatória, levando em consideração seus direitos, deveres, necessidades, interesses e expectativas. (IBGC, 2016) A equidade é um senso de justiça contra as transgressões promovidas por majoritários e gestores, que sejam prejudiciais a acionistas minoritários. É tratamento justo e igualitário para os <i>stakeholders</i> . (OLIVEIRA; RIBEIRO; SAMPAIO, 2004)
<b><i>Prestação de Contas (accountability)</i></b>	Cabe aos agentes da governança (sócio, administradores, conselheiros fiscais e auditores) prestar contas de seus atos e omissões, mesmo quando não solicitado, respondendo de forma integral a eles. (IBGC, 2016).
<b><i>Responsabilidade Corporativa</i></b>	Sustentabilidade bem como a manutenção das organizações são quesitos que os agentes de Governança devem priorizar. O IBGC (2016) recomenda que os agentes de Governança zelem pela viabilidade econômico-financeira das organizações e busquem minimizar as variáveis negativas de seus negócios e operações, aumentando as positivas no curto, médio e longo prazo.

**Quadro 4: Princípios da Governança Corporativa**

**Fonte:** Elaborado pelo autor

A Governança Corporativa da Petrobras S/A teve a sua credibilidade posta em cheque quando a corrupção se tornou notoriedade em todo o mundo.

A SOX (como é conhecido a Lei *Sarbanes-Oxley*) surgiu dentro do contexto da Governança Corporativa como forma de promover aperfeiçoamentos e também aumentar a responsabilidade dos executivos, desenvolver a transparência, assegurar mais independência aos auditores e inserir novas regras que irão permear os trabalhos desses profissionais (VASCONCELOS, 2012).

### 2.3 LEI SARBENES-OXLEY - SOX

As fraudes financeiras que houveram entre os anos de 2001-2005 por muitas empresas, fez com que o Congresso norte-americano aprovasse a Lei *Sarbenes-Oxley* – (SOX) em 2002, na intenção de trazer maior transparência e credibilidade nas práticas de Governança Corporativa.

A Lei norte-americana SOX foi criada com a finalidade de evitar fuga dos investidores, que a partir dos escândalos envolvendo grandes companhias ficaram inseguros quanto a práticas de governança corporativa adotada pelas empresas. (JAIN; REZAEI, 2004).

Entre os anos de 2001-2005 alguns escândalos abalaram o mundo empresarial, fazendo razão para a criação de uma lei específica que desse segurança aos investidores. Abaixo alguns das empresas que viraram manchetes e deram celeridade a criação da Lei *Sarbanes-Oxley* – (SOX).

Empresas	Fato
Enron	Empregou artifícios escusos como mecanismos de fraude, denominados de contabilidade criativa ausência de transparência com a confirmação da utilização de subsidiárias de propósito específica, não controlada ou consolidada diretamente pela holding, que possuíam passivos significativos.
Wordcom	A primeira operadora mundial em serviços da internet manipulou resultados por intermédio da contabilização de despesas com ativo que fazia gerar lucros maiores ou omitir prejuízos.
Arthur Andersen	Tida como empresa modelo na área de auditoria, esteve envolvida com todas as implicações do escândalo Enron. Considera partícipe de um mega grupo conhecido no mercado como Big Five considerada de renome, dado à sua eficiência e confiabilidade.
Adelphia	Sexta maior empresa de TV a cabo dos EUA sonegou informações de suas dívidas aos acionistas, bem como foi constatado desvio de verbas da empresa para negócios particulares de seu fundador e presidente da companhia. Avaliados US\$ 60 bilhões de prejuízos para os acionistas.
Xerox	Admitiu ter inflado seu faturamento em US\$ 1,9 bilhão, contabilizando de uma única vez vendas de equipamentos que seriam pagos em longo prazo.
Parmalat	Manipulou seus relatórios contábeis, mascarando um grande esquema de fraudes em que o próprio controlador da empresa vinha desviando recursos. Com intuito de omitir sua precária situação financeira, informava que tinha direitos a receber, que não correspondiam à verdade. Em 2005, a empresa contava com uma dívida global de US\$ 900 milhões

**Quadro 5: Fatos que motivaram a criação da SOX**

**Fonte:** (PLAZA; SANTOS; TARREGA, 2008) – Adaptado pelo autor

Quando do início da criação da *lei Sarbanes-Oxley*– SOX pensava-se que iria atingir somente as empresas nos Estados Unidos ou estrangeiras que negociassem nos mercados de valores norte-americanos. Porém, observou-se que o efeito dessa lei era interessante na medida em que restaurava o equilíbrio do mercado, empresas e investidores, por meios de mecanismos que asseguravam a responsabilidade da gestão de uma empresa no que tange à confiabilidade da informação por ela fornecida (PLAZA; SANTOS; TARREGA, 2008).

Empresas Brasileiras com suas ações negociadas na Bolsa de Nova York tiveram que se adequar a SOX, além disso, todas as empresas brasileiras subsidiariam empresas com registro na SEC – *Securities and Exchange*, pois essas empresas estão sujeitas ao controle da matriz.

A seguir um quadro comparativo com alguns itens da *Sarbanes-Oxley* e a Legislação brasileira:

<b><i>Sarbanes-Oxley</i></b>	<b>Legislação Brasileira</b>
Certificação pelo presidente da Empresa (CEO) e pelo diretor financeiro (CFO) dos relatórios anuais.	Administradores e controladores devem assinar os balanços. Os administradores assumem as responsabilidades pela precisão das declarações.
Todas as empresas deverão ter comitês de auditoria formados apenas por membros independentes. Para as empresas estrangeiras, a SEC permite que o conselho fiscal substitua o comitê de auditoria.	Não há exigência para formação de comitês de auditoria, apenas uma recomendação da CVM na cartilha de governança corporativa. Existem os conselhos fiscais, cujos membros não pertencem necessariamente ao conselho de administração e não precisam ser independentes.
Empresas estarão proibidas de conceder empréstimos a executivos.	Não há proibição de empréstimos para conselheiros e auditores, se contratados a taxas de mercado.
Controles internos deverão ser divulgados em relatórios específicos, junto com os relatórios anuais.	Não há previsão para divulgação de controles internos.
Auditores de empresas abertas não poderão fornecer serviços de consultoria e outros serviços proibidos pela legislação às empresas por eles auditadas.	A CVM estabelece que auditores não podem oferecer serviços que prejudiquem a objetividade e independência da atividade de auditoria.
Empresas serão obrigadas a revezar o sócio auditor a cada cinco anos	Empresas são obrigadas a revezar as empresas de auditoria a cada cinco anos.
Advogados que venham, a saber, de uma violação legal por parte de seus clientes terão de relatar o ocorrido ao diretor jurídico, CEO e a o comitê de auditoria ou outros conselheiros.	Não há previsão legal da obrigatoriedade do relato.

**Quadro 6: Comparativo *Sarbanes-Oxley* x Legislação brasileira**

**Fonte:** Cordeiro (2011, p. 164)

A Petrobras S/A teve que se adequar aos padrões da SEC - *Securities and Exchange*, uma vez que tinha suas ações voltadas também para o

mercado de Capitais norte-americano. Uma das práticas adotadas pela Petrobras S/A em atendimento a SOX foi a determinação de que um dos nove membros do Conselho de Administração, eleitos na Assembleia Geral, fosse especialista financeiro. Outra medida adotada em virtude da adequação a Lei *Sarbanes-Oxley* foi a Certificação de controles internos, feitas por auditores independentes (CORDEIRO C. R., 2011)

Observa-se que a SOX é mais rígida em seus padrões nos Estados Unidos, uma das diferenças em relação à Legislação Brasileira como mostra o quadro é a de que no Brasil não há a necessidade de criação de um comitê de auditoria para auditar os fatos da empresa, sendo que nos EUA essa criação é exigida na SOX.

Um dos motivos que levaram a criação da *Sarbanes-Oxley* – (SOX), como já verificado nesse artigo, foi o artifício contábil chamado de *Earnings Management*, (Gerenciamento de Resultado) muitas vezes por meio de práticas conhecidas como Contabilidade Criativa.

## 2.4 EARNINGS MANAGEMENT

O objetivo da contabilidade como ciência social é informar a situação econômica e financeira das empresas, seja para usuários internos que irão utilizar dessas demonstrações para tomada de decisão, seja para usuários externos, como investidores, tributação, entre outros (DAPONT, 2012).

A contabilidade, como sendo uma ciência social aplicada e não exata, é regida por normas que devem ser respeitadas, porém essas normas podem ser subjetivas em um determinado aspecto, ou seja, passíveis de interpretação. Cordeiro (2003) observa que apesar da empresa constituir uma única realidade, que é representada através das informações contábeis, deve compreender que a mesma situação pode ser entendida de distintas maneiras de acordo com o que a observa.

Nesse cenário de interpretações subjetivas é que surge a Contabilidade Criativa, expressão do termo anglo-saxônico, *earnings management*. Santos e Grateron (2003, p. 8) afirmam que:

A expressão *EarningsManagement* deve ser desmembrada nas duas palavras que compõem. De um lado a palavra *management*, que em português significa gerencia ou manuseio, e, por outro, a palavra *earnings*, cujo significado é, fundamentalmente, o resultado. Assim *earnings*

*management* poder ser entendido como gerenciamento ou manuseio de resultados, com a intenção de mostrar a imagem diferente (estável no tempo, melhor ou pior) da entidade (Santos & Grateron, 2003, p. 8).

O resultado é o produto mais importante para os vários usuários da contabilidade, é com base nesses números que se avalia o desempenho da empresa, ocorre que parte desse resultado pode ser manipulado por meio de ajustes contábeis, esses ajustes levam os seus executivos a “gerenciar” os resultados contábeis na direção em que se desejam (MARTINEZ, 2001).

Martinez (2001) endossa ainda que *Earnings management* ou gerenciamento dos resultados é a caracterização de alterações propositais dos resultados contábeis de forma intencional, visando alcançar e atender a motivações particulares. A Gestão “maneja” artificialmente os resultados com propósitos bem definidos, que não expressa a realidade de fato no negócio.

Alguns autores divergem sobre o real significado que há entre o limite da Contabilidade Criativa e a Fraude Contábil, como apresentado no quadro abaixo.

Autor	Definição
Griffiths (1988)	Todas as empresas deste país, Reino Unido, manipulam os seus resultados. Todas as contas que se publicam baseiam-se em livros que foram retocados com maior ou menor delicadeza. Na realidade, se trata de artimanhas que não infringem as regras do jogo. Estas alterações são totalmente legítimas, tratando-se simplesmente de contabilidade criativa.
Jamerson (1988)	A contabilidade criativa é um processo de uso de normas, onde a flexibilidade e as omissões dentro delas, podem fazer com que os estados contábeis pareçam algo diferente ao que estava estabelecido pelas normas. “Consiste em dar voltas às normas para buscar uma escapatória”.
KamalNaser (1993)	Contabilidade criativa é o resultado da transformação das cifras contábeis de aquilo que realmente são para aquilo que aqueles que a elaboram desejam que sejam, aproveitando-se das facilidades que as normas existentes proporcionam, ou mesmo ignorando-as.
Monterreu (1997)	Transformar as contas anuais do que tem que ser no que se prefere que seja, onde para a implantação deste tipo de prática se requer encobrir os princípios e normas contábeis, ou abandonar a uniformidade na sua aplicação.
Cordeiro (2003)	Prática contábil que está no limite entre o que é permitido legalmente, pelas próprias opções que as normas e leis estabelecem, e o que é considerado fraude/manipulação, para lesar a terceiros.
José Maria Gay Saludas (1999)	A contabilidade criativa é uma arte onde os grandes artistas da contabilidade – os contadores e os auditores – se aproveitam das brechas oferecidas pelas rigorosas normativas para imaginar um enredo fiscal ou financeiro que lhes permita espelhar a imagem fiscal ou societária desejada para suas companhias. Assim, a contabilidade criativa pode ser catalogada como uma magnífica falsidade de obras de arte contábil demandadas de estruturas de verdadeira engenharia contábil.

**Quadro 7: Conceituação de Contabilidade Criativa**

**Fonte:** Cordeiro (2003)

São inúmeros autores que têm escrito sobre a tênue barreira que separa o Gerenciamento de Resultado por meio da chamada Contabilidade Criativa da



Fraude contábil, incluindo alguns que tratam Contabilidade Criativa como fraude propriamente dita.

Kraemer (2005) diz que são várias as razões que levam as empresas a praticarem a Contabilidade Criativa, dentre elas:

- Manutenção do fluxo de caixa constante de receitas: as empresas gostam de demonstrar uma tendência estável de crescimento do faturamento, e não oscilações bruscas.
- Alta dos preços das ações: pode se utilizar de mecanismos de gerenciamento de resultados e assim reduzir aparentemente o endividamento ou aumentar as receitas.
- Atrasar a chegada de informações ao mercado financeiro: beneficiando assim alguns investidores que tenham acesso privilegiado a tais informações.

Os gestores, em muitos casos, se veem obrigados a introduzir modificações, utilizando de artifícios contábeis, que são avaliados nos relatórios de auditores independentes. Os usuários entendem essa avaliação como um valor agregado, com um ato de credibilidade à qualidade da informação. (SANTOS; GRATERON, 2003)

O documentário 'Os mais espertos da sala' (2005) relata um dos casos mais conhecidos de *Earnings Management*, por meio da Contabilidade Criativa, foi o da *Enron Corporation*®, uma companhia de energia localizada em Houston, Texas. No ano de 2002, nos Estados Unidos, a empresa empregava cerca de 21 mil pessoas, com um faturamento de \$ 101 Bilhões de dólares. Em 16 anos a Enron passou de US\$ 10 bilhões em ativos, para US\$ 65 bilhões em ativos. Em 24 dias, foi à falência.

A *Enron Corporation*® manipulou receitas, utilizando método de marcação a mercado, tudo com a convivência da Artur Anderson. A marcação a mercado permitia a Enron registrar lucros futuros no momento em que o negócio era fechado, independente de quanto dinheiro acabasse de fato “entrando”. O lucro da Enron era aquilo que ela demonstrasse que fosse, eram apenas lucros imaginários que nunca se concretizavam, uma verdadeira fantasia financeira, método atribuído a Contabilidade Criativa (OS MAIS ESPERTOS DA SALA, 2005).

O caso da Enron é uma evidência da relevância social de uma empresa, o documentário “Os mais espertos da Sala (2005)”, mostra o impacto devastador que a manipulação dos resultados trouxe há vida de milhares de funcionários e



investidores da *Enron Corporation*®. A empresa se desfez, juntamente com o sonho de milhares de americanos.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias que são as demonstrações Financeiras da Petrobras S/A, referentes ao exercício de 2014, analisadas à luz da legislação e da teoria já existente.

Visando um melhor tratamento dos objetivos e apreciação desta pesquisa, ela se classifica como exploratória e descritiva quanto aos objetivos pois para Cervo; Bervian (2005), a pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre os elementos componentes da mesma enquanto que a descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los podendo assumir diversas formas, entre elas a pesquisa documental, onde são investigados documentos a fim de descrever e comparar usos, costumes, tendências, diferenças e outras características.

A abordagem qualitativa possibilitou a interpretação dos fatos e buscou descrever a complexidade do escândalo sem manipulá-lo, permitindo a análise e a relação com conceitos estudados com a finalidade de identificar se houve gerenciamento de resultado ou contabilidade criativa.

Trata-se de método dedutivo que segundo Silva (2008, p. 33) “transforma enunciados universais em particulares, tendo como ponto de partida a premissa antecedente, que tem valor universal, e o ponto de chegada é o consequente (premissa particular). ” A pesquisa será realizada a partir de fontes secundárias que são as demonstrações Financeiras da Petrobras S/A, referentes ao exercício de 2014, analisadas à luz da legislação e da teoria já existente.

Os procedimentos adotados para a pesquisa foram o bibliográfico e o documental. Bibliográfico, pois buscou dados já publicados da Petrobras S/A em revistas, periódicos e ainda em jornais e telejornais acessados por meio eletrônico. A pesquisa bibliográfica explica e discute um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos, entre outros, esse tipo de pesquisa é um excelente meio de formação científico

quando realizada independentemente ou como parte da pesquisa empírica (SILVA A. R., 2008).

### 3.2 DADOS E COLETAS DE DADOS

Foram utilizados, para obtenção de dados referentes ao exercício de 2014 da Petrobras, a base de dados da empresa no *site* oficial e seus relatórios trimestrais publicados no *site* oficial da Petrobras S/A. Também foram utilizadas publicações diversas pesquisadas em redes sociais, notícias publicadas em jornais, telejornais e revistas nacionais e internacionais em razão da publicidade que o caso teve em todo o mundo; e documental por ser feita com materiais que não recebem ainda um tratamento analítico (documentos oficiais, reportagem, contratos etc.) ou documentos que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (relatório de pesquisa, relatórios de empresa e estatística) (GIL, 2006).

A pesquisa documental ocorreu de forma concomitante e foi realizada por meio das demonstrações contábeis do terceiro trimestre de 2014 da Petrobras S/A como também por meio de diversas publicações sobre o assunto em rede sociais, jornais, telejornais e revistas nacionais e internacionais e de um documentário produzido em mídia digital.

Desta forma, os resultados foram analisados na busca de identificar as alterações realizadas pela Governança da Petrobras S/A nas demonstrações contábeis do terceiro semestre de 2014, foi feita uma avaliação do conteúdo dessas publicações que estão disponíveis no *site* da Petrobras S/A, além de averiguações em matérias de *sites*, jornais, revistas, periódicos entre outras, a fim de relacionar mudanças ocorridas na governança corporativa da Petrobras S/A.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados desta pesquisa levaram em conta as publicações dos meios de comunicação, e também o conjunto de informações obrigatórias divulgadas pela empresa Petrobras no ano de 2014. A finalidade foi comparar as demonstrações financeiras de 2014, da Petrobras S/A publicadas em dois momentos distintos relativas ao terceiro trimestre de 2014, no primeiro momento foi publicada uma

demonstração sem auditoria, somente depois houve uma publicação acompanhada com o relatório de auditoria.

#### 4.1 DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL DA PETROBRAS S/A REFERENTE AO TERCEIRO TRIMESTRE DE 2014 SEM RELATÓRIO DA AUDITORIA

A primeira publicação foi feita no dia 28 de janeiro de 2015, essa, sem o relatório de auditoria, infringindo assim a Lei 6.404/76 e suas alterações que determina a obrigatoriedade de empresas cujo capital é aberto, divulgar suas demonstrações com o relatório de uma auditoria independente.

A publicação sem o relatório de auditoria já não trazia por si só nenhuma segurança aos investidores, pois os valores que foram apresentados não foram submetidos a auditoria atestando a fidelidade das informações. A Tabela 1 demonstra a referida variação no valor da ação, um dia antes da divulgação e também no dia da divulgação.

**Tabela 1: Variação no valor da ação Petrobras**

AÇÃO	27/01/2014	28/01/2014	VARIAÇÃO (%)
PETR4	R\$ 10,17	R\$ 8,95	11,99%

**Fonte:** UOL Economia (2014) – Adaptado pelo autor

No dia da divulgação das demonstrações contábeis não auditadas, 28 de janeiro de 2015, de imediato as ações da Petrobrás S/A (PETR4<sup>4</sup>) sofreram uma queda de aproximadamente 12% (doze) no valor das sua ação, mesmo tendo apresentado lucro (UOL ECONOMIA, 2014).

A Figura 3 apresenta a Demonstração do Resultado do Exercício – (DRE) que foi divulgada pela Petrobrás S/A no dia 28 de janeiro de 2015, sem o relatório de auditoria, essa publicação foi feita depois de inumeros meses de atraso, com uma penalidade da CVM quanto aos atrasos na divulgação, de R\$ 500,00 (quinhentos reais) diários. A *PriceWalterHouseCoopers®* - (Pwc), tinha recusado assinar a auditoria dessas demonstrações, mesmo havendo a recusa, a Petrobras S/A divulgou (O GLOBO, 2014).

---

<sup>4</sup> PETR4 trata-se das ações PN (preferenciais) da Petrobras.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Demonstração do Resultado – Consolidado<sup>22</sup>

R\$ milhões			Período Jan - Set	
3T-2014	2T-2014	3T-2013	2014	2013
88.377	82.298	77.700	252.220	223.862
(67.312)	(63.283)	(61.115)	(192.686)	(169.713)
21.065	19.015	16.585	59.534	54.149
(4.306)	(2.772)	(2.862)	(9.803)	(7.709)
(2.707)	(2.580)	(2.803)	(7.847)	(7.863)
(2.314)	(1.803)	(2.214)	(5.642)	(4.702)
(665)	(601)	(590)	(1.858)	(1.858)
(552)	(313)	(219)	(1.192)	(691)
(5.937)	(2.098)	(2.174)	(12.183)	(3.999)
(16.481)	(10.167)	(10.862)	(38.525)	(26.822)
<b>4.584</b>	<b>8.848</b>	<b>5.723</b>	<b>21.009</b>	<b>27.327</b>
1.174	758	1.205	2.974	3.086
(2.282)	(2.243)	(1.240)	(6.373)	(3.719)
136	545	(985)	1.313	(2.548)
(972)	(940)	(1.020)	(2.086)	(3.181)
198	271	493	991	1.039
(191)	(312)	(229)	(839)	(877)
<b>3.619</b>	<b>7.867</b>	<b>4.967</b>	<b>19.075</b>	<b>24.308</b>
(1.132)	(2.676)	(1.425)	(5.611)	(7.252)
<b>2.487</b>	<b>5.191</b>	<b>3.542</b>	<b>13.464</b>	<b>17.056</b>
3.087	4.959	3.395	13.439	17.289
(600)	232	147	25	(233)
<b>2.487</b>	<b>5.191</b>	<b>3.542</b>	<b>13.464</b>	<b>17.056</b>

Figura 1: Demonstração do Resultado do Exercício – DRE da Petrobrás S/A com destaque para o 3T-2014 publicada sem o relatório da auditoria

Fonte: Petrobras S/A (2014)

Essa publicação apresentou para os usuários um lucro líquido superior a 2 (dois) bilhões de reais, resultado evidenciado por meio da Demonstração de Resultado do terceiro semestre de 2014.

#### 4.1 DEMONSTRAÇÃO COM AUDITORIA

A segunda publicação fora realizada no dia 22 de abril de 2015, também relativa ao terceiro trimestre de 2014, porém essa respaldada pelo relatório de auditoria independente emitido pela *PriceWalterHouseCooper®* - (Pwc).

A publicação acompanhada do relatório de auditoria garantiu a autenticidade das informações que foram prestadas, reduzindo assim significativamente o risco dos investidores e credores, uma vez que esses se baseiam em informações prestadas nessas demonstrações para suas tomadas de decisões (BOYNTON, JOHNSON, & KELL, 2002).

A Figura 4 apresenta a Demonstração Resultado do Exercício – (DRE) referente ao terceiro trimestre de 2014 acompanhada do relatório de auditoria.

#### DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	88.377.000	252.220.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-67.936.000	-193.798.000
3.03	Resultado Bruto	20.441.000	58.422.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.291.000	-46.702.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.733.000	-12.230.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.707.000	-7.847.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-16.049.000	-27.616.000
3.04.05.01	Tributárias	-552.000	-1.192.000
3.04.05.02	Custo com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	-665.000	-1.858.000
3.04.05.03	Custo Exploratório para Extração de Petróleo e Gás	-2.314.000	-5.642.000
3.04.05.04	Participação nos Lucros ou Resultados	-127.000	-775.000
3.04.05.05	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-6.197.000	-11.955.000
3.04.05.06	Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	-6.194.000	-6.194.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	198.000	991.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.850.000	11.720.000
3.06	Resultado Financeiro	-972.000	-2.086.000
3.06.01	Receitas Financeiras	1.310.000	4.287.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.174.000	2.974.000
3.06.01.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	136.000	1.313.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.282.000	-6.373.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-2.282.000	-6.373.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.822.000	9.634.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-117.000	-4.596.000
3.08.01	Corrente	-225.000	-2.408.000
3.08.02	Diferido	108.000	-2.188.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.939.000	5.038.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.939.000	5.038.000

Figura 2: Demonstração do Resultado do Exercício – DRE da Petrobrás S/A com destaque para o 3T-2014 publicada com o relatório da auditoria

Fonte: Petrobras (2014)

A segunda publicação apresentou valores significativamente diferente da primeira publicação sem relatório de auditoria e trouxe a público um prejuízo do trimestre de quase R\$ 6 (seis) bilhões de reais.

#### 4.3 RUBRICAS CONTÁBEIS MODIFICADAS

A Companhia também reconheceu no terceiro trimestre de 2014 uma baixa no montante de R\$ 6.194 bilhões de gastos capitalizados, referente a valores que a

Petrobras S/A pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em períodos anteriores, o chamado “Perdas com corrupção”. (PETROBRAS, 2014)

A Figura 5 evidencia em detalhe a conta adicionada como gastos contabilizados indevidamente pela Petrobras S/A.

	Consolidado						
"Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente"	E&P	Abasteci- mento Gás & Energia	Distribuição	Internacional	Corporativo	Valor Total	
<i>Esquema de pagamentos indevidos:</i>							
Valor total dos contratos <sup>(*)</sup>	62.679	110.867	21.233	757	752	3.322	199.610
Estimativa do valor total de gastos adicionais (3%)	1.880	3.326	637	23	23	99	5.988
Pagamentos não relacionados ao <i>esquema de pagamentos indevidos</i> (fora do cartel)	139	1	10	-	-	-	150
	2.019	3.327	647	23	23	99	6.138
Reversão da depreciação dos referidos ativos	(87)	(198)	(52)	-	-	(9)	(346)
Impacto no ativo imobilizado	1.932	3.129	595	23	23	90	5.792
Baixa de créditos fiscais referentes aos ativos impactados <sup>(**)</sup>	37	298	57	-	-	10	402
Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente	1.969	3.427	652	23	23	100	6.194

<sup>(\*)</sup> Inclui R\$ 44.115 referentes a valores de contrato cujos pagamentos serão realizados após 30 de setembro de 2014.

<sup>(\*\*)</sup> Baixa de créditos fiscais que não serão aproveitados.

<sup>(\*)</sup> Inclui R\$ 44.115 referentes a valores de contrato cujos pagamentos serão realizados após 30 de setembro de 2014.

<sup>(\*\*)</sup> Baixa de créditos fiscais que não serão aproveitados.

**Figura 3 - Baixa de Gastos adicionais capitalizados indevidamente pela Petrobrás S/A**  
Fonte: Petrobras (2014)

Esse valor contabilizado pela Petrobras S/A foi uma imposição da *PriceWalterHouseCoopers®* - (Pwc), para assinar o relatório da auditoria e segundo Carvalho (2006) é papel da auditoria independente atestar a regularidade e a veracidade das informações evidenciadas.

A conta Gastos adicionais capitalizados indevidamente fez parte do Resultado do período, sendo alocada dentro de Despesas operacionais. Além dessa conta que foi adicionada na Demonstração do Resultado do Exercício – (DRE), outras já existentes sofreram relevantes modificações como demonstrado na Tabela 2.

**Tabela 2: Contas do terceiro trimestre de 2014 que apresentaram distorções após serem auditadas.**

CONTAS	SEM AUDITORIA	COM AUDITORIA	%
Custo dos bens e serviços vendidos	-R\$ 67.312.000	-R\$ 67.936.000	0,93%
Receitas/despesas operacionais	-R\$ 16.481.000	-R\$ 25.291.000	53,46%
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	R\$ 4.393.000	-R\$ 4.850.000	-210,40%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	R\$ 3.619.000	-R\$ 5.822.000	-260,87%
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-R\$ 1.132.000	-R\$ 117.000	-89,66%
Lucro /prejuízo consolidado do período	R\$ 2.487.000	-R\$ 5.939.000	-338,80%
Lucro básico e diluído por ação	R\$ 0,1847	-R\$ 0,4411	-338,80%

Fonte: (PETROBRAS, 2014) - Adaptado pelo autor

A análise de evolução das contas detalha a distorção de informação de valor entre uma demonstração e outra (sem auditoria e após a auditoria) apresenta diferença expressiva principalmente no resultado final, já que o Lucro do período passou de um resultado positivo, de R\$ 2.487 bilhões para um considerável prejuízo do período de R\$ 5.939 bilhões, uma representativa queda de mais de 338% (trezentos e trinta e oito) conforme demonstrada na Tabela 2.

#### 4.4 *EARNINGS MANAGEMENT* COMO CONTABILIDADE CRIATIVA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA PETROBRAS S/A

A Contabilidade Criativa caracteriza-se como uma alteração de forma intencional, nas contas patrimoniais com um intuito de demonstrar um melhor resultado (MARTINEZ, 2001; CORDEIRO, 2003, SANTOS; GRATERON, 2003; KRAEMER, 2004).

Nota-se em relação a primeira publicação que a Petrobrás S/A apresentou um quadro otimista evidenciando por meio da demonstração contábil que os reais proprietários, os acionistas, teriam um lucro de R\$ 0,18 por ação. Esse fato foi desmistificado pela publicação da demonstração contábil acompanhada do relatório da auditoria no momento em que a Petrobrás apresentou um pseudo lucro por ação de R\$ 0,18, quando na realidade o resultado foi um prejuízo diluído por ação de R\$ 0,44. Fato este constatado pela empresa de auditoria *PriceWalterHouseCoopers®* - Pwc e passível de ser enquadrado como Contabilidade Criativa, pois conforme Conseza (1988) a contabilidade criativa está associada a estratégia de transmitir uma visão mais otimista da companhia, melhorando ou piorando resultados econômicos (CONSENZA, 1988).

O lapso temporal entre uma publicação e outra foi de quase 3 (três) meses. A primeira demonstração com valores “fictícios” pode ter levado os usuários da informação contábil a tomarem decisões equivocadas, isso confirma o que Santos e Grateron (2003) argumentam sobre o que vem a ser a contabilidade criativa caracteriza-se pela manipulação da verdadeira informação com o objetivo de fornecer uma imagem positiva distorcida.

Tal fato corrobora também com Martinez (2001) que diz que o problema da *Earnings Management*, aqui tratada como contabilidade criativa, está no fato do gestor discricionariamente aumentar ou diminuir o lucro, influenciando resultados.

O suposto lucro da empresa induziu muitos investidores a acreditarem em algo que, de fato, não era real, sendo assim, induzidos a tomarem decisão equivocada quanto a isso Sancovski e Matos (2003) afirmam que o gerencialmente do lucro por meio da manipulação dos resultados, interfere no processo de alocação de recursos na economia e acarreta em sérios prejuízos para diversos atores dos mercados de bens e serviços e de capitais.

#### 4.5 PRINCÍPIOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA INFRINGIDOS PELA PETROBRAS

A Petrobras S/A mediante essas ações dos gestores infringiu um princípio fundamental para a Governança Corporativa, o da transparência, que visa assegurar a confiança no processo de tomada de decisão, e nas ações das entidades (IBGC, 2016).

As demonstrações financeiras são importantes para o investidor, pois por meio delas a organização mostra que está cumprindo com seus deveres legais. No ano de 2014 a Petrobras S/A adiou por duas vezes a divulgação das suas demonstrações, divulgou somente em 2015 e ainda o fez sem a revisão dos auditores independentes, cometendo um grave atentado ao principal princípio da Governança Corporativa (FARIA, *et al.*, 2015).

Como justificativa apresentada pela então presidente da Petrobras S/A e membro do conselho administrativo, Sra Graça Foster, em matéria divulgada pelo G1 (2014), disse que o motivo da demora em divulgar era em virtude da investigação que poderia comprometer economicamente a empresa, atingindo aqui mais um princípio importante da Governança Corporativa: o da Prestação de Contas; quando eximiu de si a responsabilidade pela demora da divulgação, comprometeu o princípio que preza pela responsabilização dos agentes de Governança por eventuais atos e omissões, mesmo não solicitados (FARIA, *et al.*, 2015).

Um desencadeamento de corrupção abalou a Governança da Petrobras S/A e como consequência o IBGC suspendeu a referida empresa do seu quadro de



associados (O GLOBO, 2015). A suspensão durou um ano, e findou-se em julho de 2016, foi uma clara comprovação de que os princípios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) haviam sido quebrados pela gestão da entidade. A Petrobras que ocupava o nível 2 de Governança corporativa na BM&FBOVESPA foi rebaixada, não ocupando até o momento nenhum seguimento de governança corporativa da BM&FBOVESPA.

Em denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal- (MPF) no âmbito da operação Lava Jato, verificou a interferência da União na escolha do diretor da Petrobras S/A e tornou réu o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Foi constatada a interferência direta do referido, então Presidente da República, na escolha da diretoria da Petrobras por meio de ameaças aos membros do Conselho de Administração, contrariando o princípio da equidade e ferindo a independência do Conselho de Administração, como requisito básico da boa governança (MPF, 2016).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foram estudados e analisados os aspectos relacionados ao problema e, em seguida, evidenciados os resultados de forma comparativa que é o que ocorreu com o caso da Petrobras S/A no que tange as Demonstrações Financeiras, do terceiro trimestre do exercício de 2014, publicadas sem o relatório da auditoria, contrariando a legislação e toda a estrutura normativa do país e das normas internacionais.

Os objetivos foram alcançados na medida em que se permitiu comparar as demonstrações publicadas e verificar valores consideravelmente diferentes, mesmo sendo de um mesmo período, ambas do Terceiro Trimestre. Possibilitou enquadrar o uso de *Earnings Management* por meio da contabilidade criativa, quando a Petrobras S/A divulgou um suposto lucro, que posteriormente foi transformado em um prejuízo na demonstração que veio acompanhada com o relatório de auditoria, ainda feriu princípios básicos da governança corporativa, como transparência, prestação de contas e equidade.

A primeira publicação da Petrobras S/A referente ao terceiro trimestre de 2014, veio sem o relatório de auditoria, apresentando aos usuários da informação contábil, um suposto lucro superior a R\$ 2 bilhões de reais. Porém 3 (três) meses depois foi publicado uma segunda demonstração essa com o relatório de auditoria,

também referente ao terceiro trimestre de 2014, agora apresentando um prejuízo superior a R\$ 5 bilhões de reais.

A Petrobras divulgou uma demonstração aos seus usuários com um lucro fictício, que fez com que as ações da Companhia se desvalorizassem instantaneamente, mesmo com um suposto lucro. Cometeu *Earnings Management* por meio da Contabilidade Criativa, ao demonstrar um lucro aos usuários da informação, que não era o verdadeiro. A Própria empresa divulgou posteriormente com o relatório de auditoria, uma demonstração “desmentindo” a anterior, trazendo um prejuízo.

A discrepância de informações comparando as duas demonstrações foi superior a 338% (trezentos e trinta e oito por cento) levando os investidores a tomarem decisões baseadas em informações não fidedignas com base em um lucro que não era real. A Companhia infringiu importantes princípios da Governança Corporativa, como transparência, responsabilidade dos sócios e equidade.

O presente estudo destaca as mudanças ocorridas em algumas rubricas contábeis, bem como distorções relevantes em valores nas Demonstrações do Resultado do Exercício – (DRE) do terceiro trimestre de 2014 Petrobras S/A entre os relatórios publicados sem e com o relatório da auditoria. Desta maneira foi possível enquadrar a *Earnings Management* praticada nas Demonstrações Financeiras do terceiro trimestre de 2014 Petrobras S/A como Contabilidade Criativa e também detectar que foram feridos princípios de governança corporativa.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria um curso moderno e completo**. 8 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2012.

UOL ECONOMIA. **Uol**. Disponível em:  
<<http://cotacoes.economia.uol.com.br/acao/cotacoes-historicas.html?codigo=PETR4.SA&page=1&size=100>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

BOYNTON, William C.; JOHNSON, Raymond N.; KELL, Walter G..**Auditoria**. Tradução de José Evaristo dos Santos. 7 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

**BORGES**, Luiz Ferreira Xavier; SERRÃO, Carlos Fernando De Barros. Aspectos de Governança Corporativa moderna no Brasil. **Revista do bndes**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 111-148, dez. 2005.

BRASIL, Lei 6.404 de 15 de Dezembro de 1976. **Sociedade por ações**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)>. Acesso em: 2 Abril 2016.

BRASIL 247. **Jornal digital**. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/portfolio/94194/petrobras-lucros-e-perdas.htm>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CVM, Comissão de Valores Mobiliários. **Mercado de Valores Mobiliários**. 3 ed. Rio de Janeiro: Cvm, 2014.

CORDEIRO, Claudio Marcelo Rodrigues. **Auditoria e governança corporativa**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2011.

CORDEIRO, Claudio Marcelo Rodrigues. Contabilidade criativa: um estudo sobre sua caracterização. **Revista do conselho regional de contabilidade do Paraná**, Curitiba, mai./jun. 2003.

CPC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

DAPONT, Ismael José. O Papel da ética profissional frente à contabilidade criativa. **Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, out.

EXAME. **Exame.abril**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/as-empresas-mais-responsaveis-que-atuam-no-brasil>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

FARIA, L. C. D. S. et al. O impacto da governança corporativa no risco da empresa Petrobras. **Simpósio de excelência em gestão tecnológica**, Rio de Janeiro, out. 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque De Holanda. **Mini aurélio**. 6 ed. Curitiba: Positiva, 2006.

FILHO, Nelson Siffert. Governança Corporativa: Padrões Internacionais e Evidências Empíricas no Brasil nos Anos 90. **BNDES**, [S.L], p. 1-23, dez. 1998. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev906.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev906.pdf)>. Acesso em: 01 mai. 2016.

G1. **Globo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/01/apos-adiar-2-vezes-petrobras-divulga-balanco-sem-baixas-por-corrupcao.html>>. Acesso em: 17 mai. 2016.

G1. **Globo**. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2015/05/petrobras-cai-de-30-para-416-lugar-em-lista-de-maiores-do-mundo.html>>. Acesso em: 28 mai. 2016.

G1. **Globo**. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/11/petrobras-explica-em-anuncio-porque-adiou-o-balanco-do-terceiro-trimestre.html>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

GAZETA DO POVO. **Gazeta do povo**. Disponível em:

<<http://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/artigos/governanca-corporativa-na-petrobras-eii81ggx6ml9p3u9crnk0z1ou>>. Acesso em: 18 mai. 2016.

IBGC. **Instituto brasileiro de governança corporativa**. Disponível em:

<<http://www.ibgc.org.br/inter.php?id=18161>>. Acesso em: 11 mai. 2016.

IFAC, Apoio da Ifac a um conjunto único de Normal De Auditoria: Auditoria de Entidades de Pequeno e Médio Porte. **Posição Política 2 da IFAC**, New York, Março 2012.

JAIN, Pankaj K.; REZAEI, Zabihollah. The Sarbanes-Oxley Act of 2002 and Security Market Behavior: Early Evidence. **Social Science Research Network**, Março 2004.

JENSEN, Micael C.; MECHKING, William H.. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, Nova York, v. 3, p. 305-360, jan. 1976.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Contabilidade criativa: maquiando as demonstrações contábeis. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 7, n. ISSN 2177-417X, ago. 2005.

NBC. **Normas brasileiras de contabilidade**. Disponível em: <

[http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC\\_TA\\_AUDITORIA.pdf](http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/NBC_TA_AUDITORIA.pdf)>. Acesso em: 2 abr. 2016.

O GLOBO. **Jornal o globo**. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/economia/petroleo-e-energia/petrobras-anuncia-adiamento-da-publicacao-de-balanco-do-terceiro-trimestre-14555084>>. Acesso em: 27 mai. 2016.

O GLOBO. **O globo**. Disponível em:

<<http://oglobo.globo.com/economia/negocios/petrobras-suspensa-de-instituto-de-governanca-corporativa-16318967>>. Acesso em: 16 mai. 2016.

OLIVEIRA, M. C. et al. Os efeitos da adoção dos conceitos e das práticas de Governança Corporativa na Transparência das Informações Evidenciadas por Empresas Brasileiras do Setor de Papel e Celulose.. **CongressoUsp**, São Paulo, p. 1-16, out. 2007. Disponível em:

<<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos42004/178.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

OS MAIS ESPERTOS DA SALA. Direção: Alex Gibney. Produção: Alex Gibney. [S.l.]: Enron Movie. 2005.

PELEIAS, Ivam Ricardo; SEGRETI, João Bosco; COSTA, Catarina De Araújo. Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas Brasileiras emitentes de American Depositary Receipts - ADR. **Contabilidade Vista & Revista**, Belo Horizonte, v. 20, n. ISSN 0103-734X, jan. 2009.

PEREIRA, Romilson Rodrigues. Governança no Setor Público - origem, teorias, modalidades e aplicações. **Revista do Tcu**, Brasil, v. 1, n. 0103-1090, p. 122-129, set. 2011.

PLAZA, Charlene Maria C. De Ávila; SANTOS, Nivaldo Dos; TARREGA, Maria Cristina V.B. A Sarbanes-Oxley Act como instrumento de valores éticos, socioeconômico e ambientais na governança corporativa: seus impactos no Brasil. **Primas: Dir., Pol. Publ. e Mundial**, Brasília, v. 5, p. 195-234, dez. 2008.

SANTOS, Ariosvaldo Dos; GRATERON, Ivan Ricardo Guevara. Contabilidade Criativa e Responsabilidade dos Auditores. **Revista Contabilidade e Finanças - USP**, São Paulo, p. 7-22, mai. 2003.

SANTOS, Luciana de Almeida Araújo, LEMES, Sirlei. A Lei Sarbanes-Oxley: uma tentativa de recuperar a credibilidade do mercado de capitais norte-americano. **Congresso Usp de Iniciação Científica em Contabilidade**, São Paulo, p. 1-12, out. 2004. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos12004/299.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2016.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro Da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2008.

SILVA, Tarciso Gouveia Da; ANDRADE, George Albin R. De. Utilização de Modelos Microeconômicos para previsão dos efeitos da teoria da agência nas Organizações. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais**, São Paulo, v. 3, n. ISSN 19804865, p. 1-15, jan. 2008.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa e Estrutura de Propriedade: Determinantes e Relação com o Desempenho das Empresas no Brasil**, São Paulo, Novembro 2004.

SIVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança Corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

SOARES, Edvaldo. **Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas**. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

VASCONCELOS, Ailine Wreger. Disclosure das Práticas de Governança Corporativa das Instituições Financeiras Listadas na Bovespa. **Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação - UNIR, Universidade Federal de Rondônia**, Porto Velho, 11 Outubro 2012. 24.